O Brasil numa visão classista

Simon Schwartzman

(publicado no *Jornal do Brasil*, 28 de março de 1982)

Ex-catedrático da Universidade de São Paulo, considerado fundador da "escola paulista" de sociologia, Florestan Fernandes acaba de publicar o seu 30o. livro, *A ditadura em questão* (T. A. Queiroz Editor, 154 páginas, Cr$ 800), no qual define o regime vigente como um sistema de duas caras, analisa a abertura em curso e propõe alternativas para o futuro político do país. A crítica de *A ditadura em questão* fica a cargo de Simon Schwartzman, professor do IUPERJ e autor de *Bases do autoritarismo brasileiro*, obra recentemente publicada com grande repercussão no meio universitário.

"Intelectual militante largado a si mesmo," eis como se define neste livro Florestan Fernandes, ex-catedrático de sociologia da USP, um dos introdutores da sociologia funcionalista no Brasil e tido como fundador da "escola paulista" de sociologia. Vitimado pelo AI-5, foi afastado de sua cátedra e abandonou suas antigas ideias sobre a possibilidade de uma sociologia cientificamente neutra. O funcionalismo deu lugar ao marxismo, e o apego à vida acadêmica foi substituído por uma nova militância, intransigente e sem compromissos, solitária e despojada. Hoje Florestan prega a "desobediência civil generalizada" como forma de luta política contra o regime, e justifica e defende a necessidade de uma extrema esquerda organizada que, embora ineficaz a curto prazo, teria a função de "desmascarar e desmistificar a democracia burguesa", além de desempenhar outras funções revolucionárias.

Creio que a tese principal de seu livro é simples e na realidade bastante antiga. Segundo o autor, o regime político brasileiro tem duas caras, que são dois lados da mesma moeda: a democracia burguesa e a "república institucional", também chamada de "o sistema" ou, simplesmente, a ditadura. O que explica a existência da "república institucional" é a incapacidade de as "classes burguesas" manterem o poder por si mesmas; esta incapacidade derivaria do caráter predatório e parasitário do capitalismo brasileiro, característica bastante geral em países periféricos de desenvolvimento tardio. Tímida e assustada, essa burguesia não assumiria seu papel de levar à frente uma revolução burguesa profunda, que implicaria sua independência em relação ao capitalismo monopolista internacional e o estabelecimento de uma democracia de massas com ampla participação dos sindicatos e partidos de esquerda. Em seu pânico, ela terminaria por pedir a ajuda dos militares, que implantam um regime repressivo.

Os movimentos de abertura dos últimos anos refletiriam, em parte, a dificuldade de manter indefinidamente um regime fechado, quando tantas forças sociais são desencadeadas pelo próprio processo de crescimento e transformação econômica e social. Mas seriam, em última análise, uma farsa, já que implicam uma série de manobras para manter o poder nas mãos das classes capitalistas. Se é assim, a abertura seria talvez uma oportunidade a ser aproveitada; mas acreditar nela uma ilusão, pois só o aumento da capacidade de ação das classes trabalhadores poderia significar mudança real do regime a longo prazo. Dotadas de uma ideologia de tipo socialista ou comunista, essas classes teriam condições de ir abrindo espaço à participação dos trabalhadores no regime político burguês, e assim a revolução burguesa se completaria, *malgré soi*.

Não obstante o linguajar às vezes incendiário, trata-se afinal de tese bastante moderada. Florestan defende a implantação de um regime político democrático, com lugar para ampla participação de setores hoje marginalizados dos centros de decisão. Ainda que sua preferência seja pelo que chama de "democracia operária," esta é uma opção para o futuro, a não ser que "a transição da democracia restrita em sua versão atual para a democracia de participação ampliada" seja "bloqueada de modo cego e persistente; sem deixar alternativas e esperanças," caso em que surgiriam "as polarizações anticapitalistas e socialistas".

A principal dificuldade do livro não está, no entanto, neste ressurgir de antigas teses sobre a revolução burguesa, e sim no conjunto de problemas que decide ignorar, exatamente aqueles ao redor dos quais se coloca hoje o debate sobre o passado e o futuro da democracia brasileira.

A primeira questão ignorada é a dificuldade de dar uma interpretação simplesmente classista à história política brasileira e seus possíveis desdobramentos. Quando utilizamos conceitos suficientemente precisos de classes sociais, concluímos que a burguesia industrial sempre teve no Brasil importância política limitada, que o operariado sempre foi um grupo social relativamente restrito e incapaz de levar à frente a "missão histórica" que o marxismo tradicional lhe atribuía. Florestan, no entanto, resolve esse problema utilizando os conceitos classistas de forma extremamente frouxa. Para ele, "classes capitalistas" são todos os que têm poder e dinheiro; os outros formam as "classes populares" ou "proletárias".

A partir daí, dizer que os regimes políticos favorecem a "burguesia" não passa de uma grande tautologia, que impede uma visão mais complexa das coisas. Como, por exemplo, uma compreensão mais adequada do papel do Estado e de instituições importantes na vida política do país, a começar pela Igreja e as Forças Armadas; ou de fenômenos de marginalização e participação popular que não ocorrem dentro de um sistema de classes, mas exatamente, por estar fora dele. É curioso que ao analisar os fenômenos da violência urbana Florestan sinta necessidade de voltar ao funcionalismo de Émile Durkheim, a quem cita nominalmente, para afirmar que ela existe de "forma anômica" para cumprir a função de "fator de bloqueamento" da "violência de classe organizada".

Depois, Florestan adota de forma acrítica dois postulados hoje dificilmente aceitáveis. O primeiro é o determinismo histórico, fortemente hegeliano. O texto abunda em expressões como "limite histórico", "estilo histórico de vida política", "saturação do espaço histórico," "inviabilidade histórica", "tarefa histórica" e até “época histórica". É como se existisse uma História com destino e sentido próprios, distinta e superior à sua construção cotidiana, e que desse aos homens um futuro tão certo e verdadeiro quanto a vida após a morte.

O segundo é o que hoje se denomina "obreirismo,” a crença inabalável na classe operária como encarnação e portadora do futuro garantido pela História. Ora, se a experiência europeia confirma que os movimentos operários tiveram papel importante na implantação das atuais democracias naquele continente, isto é muito mais incerto no resto do mundo; e nenhum dos atuais regimes socialistas de origem revolucionária teve por base o movimento operário, a começar pela União Soviética.

Finalmente, ao contrapor a democracia operária à democracia burguesa, Florestan simplesmente deixa de lado toda a triste experiência das chamadas "democracias populares" contemporâneas, que tem levado os analistas políticos a considerar, cada vez mais, que a democracia não pode ser entendida como simples decorrência de determinado jogo de interesses, mas implica a implantação e manutenção de uma série de mecanismos de garantia da pluralidade e diversidade de interesses e valores em uma mesma sociedade, incluindo um sistema judiciário independente e o pluripartidarismo.

Dificilmente alguém não compartilharia as preocupações do autor com os limites estreitos do sistema político brasileiro, e com o destino trágico de tantos que ficam à margem ou pagando o preço da sociedade moderna que aqui se vem implantando a duras penas. O que nem sempre se percebe, porém, é que não bastam a indignação e a firmeza de intenções para alterar esta situação; é necessário, além disto, incorporar de forma adequada o conhecimento e a experiência acumulada em relação a esses problemas. Para isto servem, em última análise, os procedimentos de verificação empírica, consulta a fontes bibliográficas, utilização de evidências históricas, definição e precisão de conceitos, etc., que formam o chamado "estilo acadêmico" dos cientistas sociais, ao qual Florestan Fernandes hoje renega.